

TECNOLOGIAS BUROCRÁTICAS DE DISPUTA NARRATIVA: ETNOGRAFIA DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM GUARAPARI (ES)

MICHELLE ZECHNER¹; GUILLERMO STEFANO ROSA GÓMEZ²

¹Universidade Federal de Pelotas – koehpinas@gmail.com

²Centro de Estudios e Investigaciones Laborales – guillermorosagomez@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Relatamos resultados de uma pesquisa antropológica sobre os impactos causados por um conflito entre uma construtora e uma comunidade tradicional, do município de Guarapari, cidade litorânea no Espírito Santo que vê sua paisagem urbana alterada drasticamente devido a uma série de megaempreendimentos imobiliários. A investigação se insere nos campos temáticos da antropologia do meio ambiente e da antropologia da burocracia. Nessa perspectiva, entendemos que documentos burocráticos constituem uma forma de tecnologia governamental, possuem formas diversas e nem sempre são de fácil acesso e compreensão, sendo capazes de ocultar decisões econômicas e políticas sob sua faceta técnica, tratando-se de “artefatos que persuadem por meio da forma” (STRATHERN, 1991 apud RILES, 2001). Mais que meros desdobramentos formais de ações estatais, estes são ações em si mesmas, que materializam o Estado na vida comum das pessoas (GUPTA, 2012), incidindo sobre sujeitos, fatos e relações a que se referem (FERREIRA, 2022). Muitos desses papéis são declarados como a linguagem oficial do Estado: legitimam ações de cidadãos, empresas e órgãos, sendo exigidos na tomada de decisões de diferentes esferas. Com objetivo de compreender um conflito socioambiental a partir da perspectiva antropológica, dando atenção para diferentes agentes e suas manifestações burocráticas, analisamos dinâmicas por trás do cumprimento das leis para evidenciar como disputas narrativas se constroem a partir de disputas documentais. Para isso, destacamos a importância do conceito de “ambientalização” dos conflitos sociais, tal como tratado por José Sérgio Leite Lopes (2006) e da estratégia analítica inspiradora, proposta por Letícia Ferreira (2022), da possibilidade de pesquisa antropológica com documentos burocráticos.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa se estrutura a partir de uma “etnografia de arquivo” (CUNHA, 2004) e de seguir “trilhas de papel” (LOWENKRON & FERREIRA, 2014). Nosso principal material analítico são documentos burocráticos produzidos por diferentes agentes em Guarapari diante de um conflito não só territorial, mas também de interesses e narrativas. Fazem parte desses documentos, dossiê escritos por ONG's, encartes e projetos de empreiteiras e demandas escritas elaboradas pela comunidade e suas redes de parceria. Ao investigar a agência e a performatividade dos papéis, procuramos seguir a proposta de FERREIRA (2022), de interpelar os documentos não em relação ao que eles dizem, mas ao que eles fazem, acionam ou provocam em determinados contextos, prestando atenção também na micropolítica das interações entre documentadores e documentados. Para isso, nos valem de repertório metodológico proveniente de outros trabalhos etnográficos que examinam os impactos das tecnologias e

procedimentos burocráticos, especificamente se tratando de populações tradicionais, como o realizado por Catarina Morawska Vianna (2014).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a pesquisa de campo, observamos como documentos – escritos, imagéticos e tecnológicos – foram mobilizados por vários agentes em Guarapari: as construtoras, o Estado, as populações tradicionais e as organizações da sociedade civil. Percebemos como autorizações, laudos e pareceres técnicos são mediadores de uma disputa narrativa que se desenrola por meio de uma trilha de papéis. Assim, enfocamos o caminho pelo qual uma comunidade tradicional de Guarapari adotou a linguagem burocrática dos documentos para protestar contra a construção em uma área de importância socioambiental e cultural.

Partindo de documentos recentes, a inserção em campo deu-se por meio de um “dossiê de preservação ambiental”, cunhado por uma ONG do município junto a uma comunidade tradicional. O documento em questão teve como objetivo não só denunciar o desmatamento produzido por uma imobiliária numa área litorânea do município, mas também inventariar espécies de fauna e flora em risco de extinção presentes no local, assim como animais de hábitos migratórios que ali se estabelecem. A população do local, que se afirma como indígena e caiçara, apresentou resistência ao empreendimento imobiliário uma vez que o desmatamento da área de restinga estava ocasionando a perda de espécies locais de uso alimentício e, principalmente, medicinal, além de destruir e impedir o acesso a ambientes que eram utilizados para a socialização e eventos da comunidade. O posicionamento da população nesse caso revela uma transformação na forma e na linguagem do conflito social, assim como uma institucionalização parcial de tal. Esse processo é descrito por Leite Lopes como a “ambientalização” dos conflitos sociais e diz respeito a uma nova questão social e pública associada a um processo de interiorização, pelas pessoas e pelos grupos sociais, das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente” (LOPES, 2006). A ambientalização dos conflitos influencia a forma como a temática ambiental é apropriada e ligada a conflitos anteriores, reelaborados sob nova linguagem. Em nosso caso, acompanhamos um conflito territorial que uma comunidade tradicional indígena e caiçara percebe a necessidade de reafirmar sua etnicidade publicamente. Além disso, o uso do discurso ambiental acaba sendo uma forma de legitimar esse tipo de reivindicação que está na esfera sociocultural, uma vez que a temática ambiental ganhou nas últimas cinco décadas um certo posto de comoção e visibilidade.

A etnografia a partir de documentos burocráticos se mostrou útil em casos onde há a impossibilidade de um campo presencial e seguro, com contato direto com os agentes envolvidos em um conflito. Pode-se dizer que trabalhar com documentos como artefatos etnográficos é, muitas vezes, seguir uma “trilha de papéis”. Essa trilha não só oferece um caminho interessante para a investigação antropológica, como também pode acabar por revelar, como argumenta Morawska Vianna (2014), como tecnologias e procedimentos burocráticos mobilizados “na trilha de papéis” técnico-administrativos são capazes de ocultar seu caráter político sob a faceta da técnica.

As impossibilidades e dificuldades de inserção que o campo etnográfico presencial traziam nesta pesquisa sucedeu um deslocamento não só no campo tradicional, mas também no posicionamento etnográfico. Historicamente, é comum ver antropólogos se colocando a postos para etnografar povos

tradicionais. Nesse caso, não é a comunidade tradicional a ser etnografada, mas sim o campo dos documentos e da burocracia, da linguagem governamental e empresarial. Na realidade, a própria comunidade e sua liderança falam sobre sua memória e seus costumes de maneira brilhante nos documentos produzidos pelos mesmos. Abordar o campo sob a perspectiva da antropologia da burocracia expôs, na realidade, um dilema a ser estudado: se antes o problema se dava porque comunidades tradicionais não tinham em suas mãos o acesso direto à linguagem e elaboração de documentos burocráticos, agora a inexistência da ação burocrática parece ter passado para o outro lado, estando no não cumprimento das leis por parte do estado, irregularidade ofuscada muitas vezes por uma “trilha de papéis” que oculta decisões econômicas e políticas sob uma faceta técnica.

Além disso, a pesquisa abre espaço para refletir sobre os modos de colaboração ou participação de antropólogos/os em campo (KENNEMORE & POSTERO, 2020), que podem, ou não, ser traçados, demandados e conquistados ao curso de uma investigação científica. O estudo de outras etnografias, que evidenciam as contradições entre trabalho e meio ambiente, por exemplo (CIOCCARI, 2012), mostram que “tomar partido” ou não, como ação de pesquisa, pode ser alvo de discussão crítica e levado em consideração na descrição etnográfica.

4. CONCLUSÕES

O deslocamento do campo tradicional para uma etnografia a partir de documentos burocráticos se mostrou útil em casos onde há a impossibilidade de um campo presencial e seguro, com contato direto com os agentes envolvidos em um conflito. A partir da discussão suscitada, foi possível observar a dinâmica de tecnologias governamentais, como elas se desenrolam e se as mesmas cumprem o objetivo para que foram criadas – ou ainda, se há objetivos não ditos por trás das trilhas de papéis exigidas em certos processos. Além disso, nota-se como há uma disputa narrativa que ocorre a partir de uma disputa documental, a qual utiliza-se de tecnologias burocráticas como principal ferramenta de persuasão.

Já o deslocamento no posicionamento etnográfico demonstrou a abertura para uma abordagem possível dentro da antropologia da burocracia, em concordância com a perspectiva defendida por NADER (2020), quando a mesma fala sobre o deslocamento do olhar do antropólogo dos “de baixo”, que estão a ter seus direitos retirados, para assim estudar os “de cima”, que desfrutam de uma primazia de direitos – no sentido que o serviço que realizamos no passado poderia ser ampliado para incluir outro serviço, tanto social quanto científico, de escrever etnografias para os “nativos”, estudando e falando sobre aqueles “de cima”, sejam estes da iniciativa privada ou pública, que com apenas alguns documentos e assinaturas podem mudar o rumo tanto de uma comunidade tradicional, como de uma cidade inteira.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CIOCCARI, Marta.. Perigos, Riscos e Destino: um estudo das percepções de trabalhadores em minas de carvão. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, João Pessoa, n.37, 2012.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. “Tempo imperfeito: Uma etnografia do arquivo.” **Mana**, v.10, n.2, 287-322, 2004.

FERREIRA, Leticia. Encontros etnográficos com documentos burocráticos: Estratégias analíticas da pesquisa antropológica com papéis oficiais. **Etnografias Contemporâneas**, [S. I.], San Martín, v.8, n.15, p.162–185, 2022.

GUPTA, Akhil. **Red tape: Bureaucracy, structural violence, and poverty in India**. Durham: Duke University Press, 2012

KENNEMORE, A., & POSTERO, N. (2020). Métodos etnográficos colaborativos: ¿Un desmantelamiento del “armario de escobas”? **Etnografias Contemporâneas**, [S. I.], San Martín, v.6, n.11, p.70–102, 2020.

LOPES, J. S. L.. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.12, n.25, p. 31–64, 2006.

MORAWSKA VIANNA, Catarina. “A Trilha de Papéis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados”. **Revista Antropológicas**, Recife, v.25, n.2, p.22–40, 2014.

NADER, L. “Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima.” **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n.49, 2020.